

## SUMÁRIO

Apresentação .....	31
Prefácio .....	35

### LIVRO I

#### TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO, 47

### PARTE I

#### RISCO ADMINISTRATIVO E CULPA, 49

#### RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR OMISSÃO: CONTORNOS GERAIS E CONTROVÉRSIAS, 51

DANIEL FERREIRA

Introdução .....	52
Questão de Ordem .....	53
1. Compreensão do Art. 37, § 6º da Constituição Federal de 1988: responsabilidade civil do Estado por atos lícitos e/ou por atos ilícitos? .....	53
2. Compreensão do Art. 37, § 6º da Constituição Federal de 1988: responsabilidade civil do Estado por atos comissivos e/ou por atos omissivos? .....	55
2.1. Danos decorrentes de atos comissivos .....	55
2.2. Danos “decorrentes” de atos omissivos: atos comissivos por omissão .....	56
2.2.1. Imputação objetiva do resultado .....	57
3. A omissão estatal que enseja indenização é sempre o “deixar de agir: o deixar de evitar (o dano)” desconforme à lei, ao Direito .....	58
3.1. Antijuridicidade como contrariedade à lei e ao Direito .....	60
3.1.1. Dever Legal do Estado de evitar danos prestando adequado Serviço de Saúde Pública x Dever Legal do Estado de respeitar o Direito de Liberdade Religiosa (Testemunha de Jeová que “proíbe” a transfusão de sangue) .....	61
4. As “Excludentes de responsabilidade” ou desnaturam o presumido nexo de causalidade material ou a imputabilidade objetiva do resultado .....	63

4.1. O desfazimento do nexo de causalidade ou de imputação objetiva do resultado só se avalia no caso concreto .....	64
5. Compreensão do alcance do Art. 37, § 6º da Constituição Federal de 1988: a responsabilidade civil do Estado por danos é objetiva ou subjetiva? .....	65
5.1. A responsabilidade civil do Estado por ato comissivo prescinde da investigação do elemento subjetivo da conduta do agente .....	65
5.1.1. A similar lição como extraída do Código Civil em vigor .....	66
5.2. A responsabilidade civil do Estado por ato comissivo por omissão prescinde, por igual, da investigação do elemento subjetivo da conduta do agente .....	67
5.3. A reprobabilidade do comportamento estatal danoso, omissivo de resultado (comissiva por omissão), é normativa e se revela pela antijuridicidade – que “autoriza” a imputação objetiva do resultado; portanto, reclama a inexigibilidade de conduta diversa para desconstituição do ordinário dever de indenizar .....	68
5.4. A Responsabilidade civil do Estado não se propõe como objetiva ou subjetiva: o dever de ressarcimento tem origem no dano, tão-só .....	70
5.5. A reprobabilidade do agir estatal antijurídico e danoso por omissão na <i>sociedade global, tecnológica e de riscos</i> .....	71
6. A questão do ônus da prova para fins de verificação, <i>in concreto</i> , da responsabilidade civil do Estado .....	72
6.1. O “princípio da reserva do possível” .....	74
7. Responsabilidade civil do Estado por ato lesivo, comissivo por omissão, do Juiz ou do Legislador .....	76
Bibliografia .....	77

## A RELEVÂNCIA DA CULPA NA RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO, 79

JACINTHO DE ARRUDA CÂMARA

1. Colocação do problema .....	80
2. A responsabilidade subjetiva .....	81
2.1. A responsabilidade por culpa do serviço .....	81
3. Responsabilidade objetiva .....	82

4. A coexistência das duas espécies de responsabilidade no sistema jurídico brasileiro .....	83
5. O papel da culpa na determinação da responsabilidade do Estado ..	86
5.1. A culpa nos comportamentos omissivos .....	87
5.2. Nos comportamentos comissivos .....	89
5.3. Casos em que o problema da culpa não se põe .....	90

**PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO  
CONTIDOS NO ART. 37, PARÁGRAFO 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 93  
MARCELO BENACCHIO**

1. Considerações iniciais .....	94
2. Atuação estatal e ilicitude .....	95
3. Âmbito de aplicação do art. 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal perante o Estado .....	98
4. Pressupostos da responsabilidade civil extracontratual do Estado ....	101
4.1. O Fato lesivo .....	102
4.2. O dano .....	103
5. Excludentes da responsabilidade civil extracontratual do Estado .....	107
5.1. Fato exclusivo da vítima .....	108
5.2. Fato de terceiro .....	110
5.3. Caso fortuito e força maior .....	111
Referências .....	113

**O PAPEL DA CULPA NA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO, 117  
DIOGO L. MACHADO DE MELO**

1. Prólogo: há espaço para o estudo da culpa na responsabilidade civil contemporânea? .....	118
2. Anotações esparsas sobre a teoria da culpa e seus problemas fundamentais .....	122
2.1. Exteriorização do erro de conduta: imprudência, negligência e imperícia .....	127
3. Relevância da culpa na Responsabilidade Civil do Estado .....	128
3.1. Omissão, falha ou falta do serviço .....	128
3.1.1. Culpa anônima .....	130
3.2. Culpa do agente para responsabilidade regressiva .....	131

3.3. “Culpa” exclusiva da vítima e “culpa” de terceiro .....	132
3.4. Aplicação do art. 944, § único para os casos de Responsabilidade Objetiva? .....	133
4. O estágio atual da teoria da culpa e suas repercussões na responsabilização Estatal .....	140

**RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO NAS ATIVIDADES PERIGOSAS. O**

**RISCO INTEGRAL POSITIVADO NO CÓDIGO CIVIL, 149**

FLAVIA MARIA PELLICIARI SALUM

I. Introdução .....	150
II. O Dever de Indenizar Fundado na Teoria do Risco .....	151
III. A Responsabilidade Fundada no Risco – Positivada no Art. 927, Parágrafo Único, do Código Civil .....	153
IV. A Responsabilidade Civil do Estado .....	155
V. A Responsabilidade Objetiva do Estado Decorrente da Atividade de Risco .....	158
VI. As Excludentes Gerais de Responsabilidade e sua Inaplicabilidade na Responsabilidade pelo Risco da Atividade .....	163
Referências Bibliográficas .....	167

**AS OMISSÕES DOS AGENTES PÚBLICOS. FAUTE DU SERVICE E OUTROS**

**ESCLARECIMENTOS SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL**

**DO ESTADO, 169**

DEBORAH PIERRI

Introdução .....	170
Responsabilidade extracontratual do Estado e sua evolução .....	171
A responsabilidade civil do Estado no mundo .....	173
A responsabilidade civil do Estado no Brasil .....	175
As omissões do Estado e a responsabilidade civil extracontratual .....	178
O significado da culpa nas omissões dos serviços públicos .....	182
Conclusões .....	191
Referências Bibliográficas .....	193
Sites Consultados .....	194

**RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL NO DIREITO PRIVADO E NO  
DIREITO PÚBLICO: PERSISTEM AS DIFERENÇAS?, 195**

**LUÍS FRANCISCO AGUILAR CORTEZ**

I. Introdução .....	196
II. A evolução da Responsabilidade Civil Extracontratual no Direito Privado e no Direito Público .....	197
2.1. Direito Privado .....	198
2.2. Direito Público .....	199
III. Sistematização do regime de responsabilidade extracontratual .....	201
3.1. Fundamentos da responsabilidade extracontratual .....	203
3.2. Regime jurídico da responsabilidade extracontratual .....	205
IV. Responsabilidade objetiva e subjetiva na perspectiva constitucional .....	206
V. Considerações finais .....	208
Bibliografia .....	209

**PARTE II**

**UMA ANÁLISE POR PRINCÍPIOS, 211**

**RESPONSABILIDADE ESTATAL E SEGURANÇA JURÍDICA, 213**

**SERGIO FERRAZ**

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO, A OMISSÃO INCONSTITUCIONAL E O  
PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE, 223**

**JUAREZ FREITAS**

1. Introdução .....	224
2. O Princípio da Proporcionalidade: Vedação do Excesso e da Omissão Inconstitucional .....	226
3. Responsabilidade Extracontratual do Estado e o Princípio da Proporcionalidade .....	229
4. Conclusões .....	236

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO, *FAUTE DU SERVICE* E O PRINCÍPIO  
CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA, 239**

**EMERSON GABARDO & DANIEL WUNDER HACHEM**

1. Introdução .....	240
---------------------	-----

2. A configuração jurídica do princípio constitucional da eficiência administrativa .....	241
2.1. Contexto e sentido da positivação .....	241
2.2. Conteúdo jurídico no ordenamento constitucional brasileiro .....	244
2.3. Consequências jurídicas da atividade administrativa ineficiente .....	258
3. A responsabilidade civil do Estado por descumprimento do princípio da eficiência .....	261
3.1. Ineficiência administrativa e a teoria da “faute du service” .....	262
3.2. A desnecessidade de avaliação subjetiva na responsabilização por omissão ou ineficiência .....	269
3.3. Elementos configuradores da responsabilidade objetiva do Estado por atuação ineficiente .....	282
4. Referências bibliográficas .....	288

### PARTE III

#### NEXO CAUSAL E IMPUTAÇÃO JURÍDICA, 293

#### HIPÓTESES DE NÃO-INCIDÊNCIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO, 295

ALEXANDRE DARTANHAN DE MELLO GUERRA

Introdução .....	296
Evolução Histórica da Responsabilidade Civil do Estado .....	298
Da Responsabilidade Civil do Estado por Atos <i>Lícitos</i> e Atos <i>Ilícitos</i> .....	301
Das Causas de <i>Não Incidência</i> de Responsabilidade Civil .....	306
Crítica à Expressão <i>Causas Excludentes de Responsabilidade Civil do Estado</i> .....	312
Caso Fortuito e Força Maior .....	318
Caso Fortuito <i>Externo</i> ou <i>Interno</i> .....	321
Fato Exclusivo da Vítima e Fato de Terceiro .....	326
Da Incidência de Pluralidade de Causas na Fixação Proporcional de Indenização .....	331
Ônus da Prova dos Pressupostos da Responsabilidade Civil e das Causas de sua Não Incidência .....	333
Conclusões .....	335
Referências Bibliográficas .....	337

**ENSAIO SOBRE O NEXO DE CAUSALIDADE NA RESPONSABILIDADE CIVIL  
DO ESTADO, 341**

TÂNIA MARA AHUALI

Introdução .....	342
O Panorama Atual da Responsabilidade Civil do Estado .....	343
O Nexo de Causalidade .....	346
Da Apreciação das Causas .....	353
O Papel do Judiciário e os Julgamentos por Equidade .....	355
Referências Bibliográficas .....	358

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO, NEXO CAUSAL E  
IMPUTAÇÃO OBJETIVA, 361**

RICARDO MARCONDES MARTINS

1. Causalidade e imputação .....	362
2. Causalidade e direito .....	366
3. Nexo causal .....	366
4. Responsabilidade civil do Estado na teoria tradicional .....	369
5. Crítica de Marçal Justen Filho .....	372
6. Imputação objetiva .....	374
7. Imputação objetiva do dever estatal de reparar o dano .....	378
8. Excludentes de imputação .....	382
Referências Bibliográficas .....	388

**PARTE IV**

**DANO JURÍDICO E PRESCRIÇÃO, 391**

**ATIVIDADE ESTATAL E PERSPECTIVA OBJETIVA DO ILÍCITO, 393**

RONNIE HERBERT BARROS SOARES

1. Administração Pública e Responsabilidade Civil .....	394
2. A Atividade Estatal .....	400
3. O Ilícito Objetivamente Compreendido .....	402
4. Conclusão .....	406
Bibliografia .....	407

**PARTICULARIDADES DO ARBITRAMENTO DO DANO MORAL NA  
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO, 411**

**ÊNIO SANTARELLI ZULIANI**

1. O Poder Público deve reparar os prejuízos decorrentes de falhas de serviços, compensando os danos não patrimoniais .....	412
1.1. Responsabilidade objetiva (risco administrativo) e a responsabilidade por omissão .....	414
2. Dano moral indenizável .....	418
2.1. Danos morais em caso de morte e lesões à integridade física .....	419
2.2. Abuso sexual de menor em escola .....	422
2.3. Danos morais por enchentes em estabelecimento comercial .....	422
2.4. Violações de propriedade e de domicílio .....	423
2.5. Erro judiciário .....	424
2.6. Ofensas à honra por servidores e autoridades .....	426
2.7. Atos de tabelionato .....	426
2.8. Danos morais coletivos .....	427
3. Critérios gerais de arbitramento e reflexões sobre o emprego deles quando o Estado é condenado a pagar danos morais .....	430
3.1. Critérios gerais de arbitramento .....	430
3.2. Situações repetitivas .....	433
4. Conclusões .....	434
Bibliografia .....	437

**CRITÉRIOS PARA O ARBITRAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS  
CAUSADOS PELO ESTADO, 439**

**FAUSTO JOSÉ MARTINS SEABRA**

Introdução .....	440
Lineamentos do direito francês .....	441
O Estado em juízo .....	444
Critérios da doutrina e da jurisprudência. O tabelamento. ....	446
Conclusões .....	453
Bibliografia .....	454

**PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO ADMINISTRATIVO, 455**  
**DANIEL SERRA AZUL GUIMARÃES**



LIVRO II  
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO EM SUA APLICAÇÃO CONCRETA, 471

PARTE V  
SERVIÇOS PÚBLICOS, CONCESSÕES E OBRAS PÚBLICAS, 473

A GREVE E OS SERVIÇOS PÚBLICOS. DA PROIBIÇÃO AO EXERCÍCIO DE UM  
DIREITO COM RESPONSABILIDADE, 475

MARCELO FIGUEIREDO

I. Introdução .....	476
II. Os serviços públicos e os serviços essenciais .....	476
III. A greve no setor privado e nos serviços essenciais e seus limites .....	479
IV. A Greve na Função Pública em alguns Países .....	482
V. A Greve no Serviço Público no Brasil .....	484
VI. Da Responsabilidade Civil Por Abuso do Direito de Greve .....	488
VII. Da Responsabilidade Civil do Estado .....	494

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E O PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS, 499

ALEXANDRE DARTANHAN DE MELLO GUERRA

Introdução .....	500
1. Serviços Públicos. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios. ....	500
2. Princípio da Continuidade de Prestação dos Serviços Públicos Essenciais .....	505
3. O Confronto entre o Artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal Nº 8.078/90) e o Artigo 6º, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei Federal nº 8.987/95 .....	508
4. O Papel dos Princípios da Dignidade Humana e Solidariedade Social na Responsabilidade Civil do Estado. <i>A Gradação de Essencialidade</i> .....	518
5. O Papel da Boa-Fé e do Princípio da Confiança na Responsabilidade Civil do Estado .....	530
Conclusões .....	532
Referências Bibliográficas .....	533

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA GESTÃO DO  
SERVIÇO PORTUÁRIO, 537**

**CRISTIANA MARIA MELHADO ARAUJO LIMA &  
DINORÁ ADELAIDE MUsETTI GROTTI**

1. Considerações preliminares .....	538
1.1. O princípio da responsabilidade dos serviços públicos .....	538
1.2. O Serviço Portuário .....	547
2. Formas de exploração da atividade portuária .....	552
2.1. Instalação de uso privativo .....	552
2.2. Porto público e instalação de uso público .....	557
Conclusão .....	571

**A LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÃO, A ANATEL, ORGANIZAÇÃO DOS  
SERVIÇOS, REGIME JURÍDICO DE SUA PRESTAÇÃO E RESPONSABILIDADE  
DO ESTADO, 573**

**MÁRCIO CAMMAROSANO**

I. A Lei Geral de Telecomunicações e a ANATEL .....	574
II. Da Atual Organização dos Serviços de Telecomunicações .....	581
III. Regime Jurídico dos Serviços de Telecomunicação e Responsabilidade do Estado .....	585

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DANOS PROVOCADOS POR  
CONCESSIONÁRIOS EM PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS, 591**

**MARCIO PESTANA**

1. Introdução .....	592
2. A Parceria Público-Privada (PPP) .....	593
3. A Sociedade de Propósitos Específicos (SPE) .....	594
4. A responsabilidade civil do Estado pelos danos causados pela concessionária .....	595
4.1. A responsabilidade contratual .....	596
4.2. A responsabilidade em relação a obrigações contratuais ou disposições legais questionadas por suposto vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade .....	597
4.3. A responsabilidade extracontratual pelos danos causados pela PPP a não usuários-consumidores .....	599

4.4. A responsabilidade por danos causados a usuários-consumidores .....	601
5. Conclusão .....	605

**RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DAS PESSOAS PRIVADAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, 607**

CLOVIS BEZNOS

I. Breve histórico da responsabilidade extracontratual do Estado .....	608
II. A Responsabilidade Extracontratual das Pessoas Privadas Prestadoras de Serviços Público .....	611

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ATOS DE CONCESSIONÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, 625**

JOSÉ EDUARDO DA COSTA

1. Introdução .....	626
2. Serviços públicos .....	626
2.1. Prestação direta e indireta .....	631
3. Concessionários de serviços públicos .....	632
4. A responsabilidade do Estado pelos atos dos concessionários .....	634
4.1. Doutrina do esgotamento da capacidade econômica do concessionário .....	634
4.2. Doutrina da culpa <i>in eligendo</i> .....	635
4.3. Doutrina da culpa <i>in vigilando</i> .....	637
4.4. Dano indenizável .....	639
Bibliografia .....	640

**A RESPONSABILIDADE DAS CONCESSIONÁRIAS (DE RODOVIAS) POR ACIDENTES ENVOLVENDO ANIMAIS NA PISTA. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, 641**

ALEXANDRE DAVID Malfatti

1. Introdução .....	642
2. A Responsabilidade Civil Objetiva da Concessionária por Eventos Danosos Provocados pela Prestação do Serviço, Independente de Culpa. ....	642
2.1. Normas Genéricas sobre a Responsabilidade Civil da Concessionária .....	642

2.2. Normas Específicas de Proteção ao Consumidor, na Caracterização da Responsabilidade Civil Objetiva do Fornecedor .....	643
3. A Concessionária de Serviço Público. Exploração de Rodovia. Acidente entre Animais na Pista e Automóveis de Consumidores (Usuários). Nexo de Causalidade. Defeito do Serviço. ....	648
3.1. Nexo de Causalidade .....	648
3.2. Defeito do Serviço .....	649
4. Excludentes da Responsabilidade da Concessionária. Considerações sobre Culpa Exclusiva de Terceiro e Culpa da Vítima. ....	652
5. Conclusão .....	653
Bibliografia .....	653

## RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E AS CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS, 655

LETÍCIA QUEIROZ DE ANDRADE

1. As concessões de rodovias no Brasil .....	656
2. Breve panorama da disciplina jurídica acerca da responsabilidade civil dos prestadores de serviço público .....	657
3. Considerações específicas sobre a responsabilidade das concessionárias de rodovias .....	661

## APROXIMAÇÕES E DISTINÇÕES ENTRE AS NOÇÕES DE CONSUMIDOR E USUÁRIO NA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, 665

FABRÍCIO BOLZAN

1. Introdução .....	666
2. O serviço público e a incidência do CDC .....	668
3. Aproximações e distinções entre as noções de consumidor e usuário do serviço público .....	674
4. Repercussões da responsabilidade civil objetiva como direito a ser invocado também pelo terceiro não usuário do serviço público ...	683
5. Conclusão .....	687
Bibliografia .....	688

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, 691**

**RAFAEL MARINANGELO**

I. Introdução .....	692
II. Breves Apontamentos sobre a evolução da Responsabilidade Civil do Estado .....	693
III. A Responsabilidade Civil do Estado no Sistema Jurídico Brasileiro .....	697
IV. A Responsabilidade do Estado pelas Obras que executa .....	704
V. Conclusões .....	712
VI. Bibliografia .....	713

**PARTE VI**

**SEGURANÇA PÚBLICA, 715**

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR INSUFICIÊNCIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, 717**

**LUIS MANUEL FONSECA PIRES**

I. A responsabilidade civil do Estado por ação e por omissão .....	718
II. O nexos causal e as teorias da causalidade adequada e da imputação objetiva .....	720
III. O direito fundamental à segurança pública .....	723
IV. O direito fundamental à boa-administração da segurança pública .....	725
V. A estrutura da norma jurídica de responsabilidade civil e o comportamento omissivo como elemento nuclear do seu suporte fático em razão da violação do direito fundamental à boa administração da segurança pública .....	727

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DANOS CAUSADOS POR TORCIDAS ORGANIZADAS, 739**

**RÔMOLO RUSSO JÚNIOR**

Introdução: atualidade do tema .....	740
2. A comunhão grupal e o ser provisório. Considerações psicanalíticas de FREUD e WINNICOTT. Noção de vandalismo. A atipicidade da lesão patrocinada por grupos de pessoas que compõem as torcidas organizadas de futebol .....	741

3. A evolução da responsabilidade civil: breves considerações. A distinção entre omissão específica e omissão genérica em face de encontros antecipadamente anunciados entre torcidas organizadas. O retrocesso da idéia de culpa estatal e o não reducionismo do alcance do art. 37, § 6º, da Carta da República. ....	745
3.1. A distinção entre omissão específica e omissão genérica em face de encontros antecipadamente anunciados entre torcidas organizadas. O retrocesso da idéia de culpa estatal e o não reducionismo do alcance do art. 37, § 6º, da Carta da República. ....	748
4. A aplicabilidade da teoria da indenizabilidade do dano social. Função social da indenizabilidade. ....	761
5. A solidariedade passiva entre o Estado federado, Associações esportivas, Federações e Confederações .....	768
7. Conclusões .....	770

## PARTE VII

### AGÊNCIAS REGULADORAS E REGULAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA, 773

#### RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO DE AGÊNCIA REGULADORA, 775

ERIK FREDERICO GRAMSTRUP

#### RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO EXERCÍCIO DA REGULAÇÃO DA ATIVIDADE BANCÁRIA, 791

IVO WAISBERG

Introdução .....	792
1. Mercado Financeiro e Sistema Financeiro Nacional .....	793
1.1. O Sistema Bancário .....	793
2. O Banco Central do Brasil (BACEN) .....	799
2.1. Panorama Passado da Atividade Bancária .....	799
2.2. Natureza Jurídica do Banco Central do Brasil .....	800
2.3. Funções do Banco Central .....	801
2.4. O Banco Central e a Fiscalização do Mercado Financeiro .....	804
3. A Responsabilidade Civil do Estado .....	807
3.1. Panorama sobre a Responsabilidade Civil do Estado .....	807

3.2. Evolução Legislativa no Brasil .....	811
4. A Responsabilidade do Banco Central nas Liquidações Extrajudiciais .....	814
4.1. O Bacen e as Liquidações Extrajudiciais .....	814
Conclusão .....	818
Bibliografia .....	819

## PARTE VIII

### TERCEIRO SETOR E SAÚDE PÚBLICA, 821

#### RESPONSABILIDADE CIVIL DAS ENTIDADES PARAESTATAIS, 823

MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO

1. O que são entidades paraestatais? .....	824
2. Aproximação entre as entidades paraestatais e o terceiro setor .....	830
3. Equiparação aos agentes públicos para fins de responsabilidade .....	834
4. Responsabilidade civil das entidades paraestatais e do terceiro setor .....	835
5. Responsabilidade subsidiária e solidária do Estado .....	840
6. Conclusão .....	841
Referências bibliográficas .....	841

#### DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO FRENTE AOS DANOS CAUSADOS PELAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, 843

CAROLINA ZANCANER ZOCKUN

Introdução .....	844
I. Da responsabilidade estatal na Constituição de 1988 .....	844
II. Da responsabilidade pela má prestação dos serviços que forem fomentados pelo Estado .....	847
2.1. Da responsabilidade das entidades do Terceiro Setor .....	847
2.2. Da responsabilidade das organizações sociais pela má prestação dos seus serviços .....	849
III. Da responsabilidade estatal frente aos danos causados pelos serviços prestados pelas organizações sociais .....	855

**ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: NATUREZA JURÍDICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM FACE DOS DANOS CAUSADOS A TERCEIROS, 859**

CRISTIANA FORTINI

1. Consideração inicial.....	860
2. O Modelo Institucional das Organizações Sociais (Lei nº 9.637/98) .....	860
3. A natureza jurídica da atividade desenvolvida pelas Organizações Sociais e a Lei nº 9.637/98 .....	861
4. A natureza jurídica da responsabilidade civil da Organização Social por atos causados por seus agentes a terceiros .....	867

**RESPONSABILIDADE DO ESTADO PELO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E SUAS IMPLICAÇÕES, 871**

IVAN RICARDO GARISIO SARTORI

1. Introdução .....	872
2. Questões pacíficas .....	872
3. Questões relevantes .....	874
3.1. Hipossuficiência; exigência de relatório médico e prescrição do fármaco ou tratamento por médico estranho à rede pública de saúde .....	874
3.2. Registro na ANVISA e terapias experimentais .....	876
4. Categorias: genéricos, similares, medicamentos excepcionais e de alto custo; questão das patentes .....	877
5. Cabimento de Mandado de Segurança .....	881
6. Questões outras: idosos, menores, legitimidade ativa do Ministério Público e fixação de astreintes .....	882
Bibliografia .....	883
Textos on-line .....	883
Obras consultadas .....	883
Pesquisa e Colaboração .....	883

**PARTE IX**

**CULTURA, EDUCAÇÃO E IMPRENSA, 885**



RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA PROMOÇÃO DA CULTURA E NA  
PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO, 887

FERNANDO DIAS MENEZES DE ALMEIDA & FERNANDA NOIA DA COSTA LINO

1. Responsabilidade civil do Estado – considerações gerais .....	888
2. Cultura e patrimônio cultural na Constituição de 1988 – aspectos conceituais .....	892
3. Deveres do Estado em relação à promoção da cultura e à proteção do patrimônio cultural .....	898
4. Incidência da responsabilidade civil do Estado na matéria em questão .....	901

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E ENSINO SUPERIOR, 909

FELIPE CHIARELLO DE SOUZA PINTO

1. Introdução .....	910
2. Planejamento e Controle do Ensino Superior pelo Estado e Autonomia Universitária .....	912
3. Responsabilidade Civil do Estado (artigo 37, §6º da CF) .....	914
4. Ensino Superior e Limites da Responsabilidade Civil do Estado .....	916
Conclusão .....	917
Bibliografia .....	918

A LIBERDADE DE IMPRENSA E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO, 919

ROBERTO DIAS

1. Imprensa e Democracia .....	920
2. A responsabilidade civil do Estado por ação e omissão .....	924
2.1. A responsabilidade do Estado por atos legislativos .....	926
2.2. A responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais .....	928
3. A responsabilidade do Estado e a liberdade de imprensa: algumas hipóteses .....	929
3.1. A interceptação da comunicação telefônica entre jornalistas e suas fontes .....	929
3.2. O caso da prisão da repórter do <i>The New York Times</i> por se recusar a revelar suas fontes num processo judicial .....	930

3.3. A proibição imposta judicialmente ao jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> de divulgar reportagens sobre processo criminal de grande repercussão nacional .....	931
3.4. O fechamento de emissoras rádios e televisões por ato do governo da Venezuela, sob a presidência de Hugo Chávez .....	932
Bibliografia .....	933

## PARTE X

### URBANISMO E MEIO AMBIENTE, 935

#### RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO MANEJO DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA DO ESTATUTO DA CIDADE, 937

ADILSON ABREU DALLARI

I. Introdução .....	938
II. A Responsabilidade Extracontratual do Estado .....	942
III. Instrumentos de Política Urbana .....	945
IV. A Indenização .....	956
V. Conclusões .....	960

#### RESPONSABILIDADE DO ESTADO E O PLANO URBANÍSTICO, 963

DANIELA CAMPOS LIBÓRIO DI SARNO

1. Apresentação .....	964
2. Planejamento e plano urbanístico .....	964
2.1. Introdução .....	964
2.2. O caráter jurídico .....	965
3. Sacrifício de direito em razão dos planos urbanísticos .....	967
4. Execução do plano urbanístico .....	970
4.1. Execução parcial de obra: interrupção indevida .....	970
4.2. Inexecução de obra: obrigação de fazer .....	972
5. Responsabilidade urbanística na aprovação de obras ou atividades – o princípio da prevenção aplicado à matéria urbanística .....	973
6. Conclusão .....	976
Bibliografia .....	977

**A INSTRUMENTALIDADE ÉTICA DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE NA  
RESPONSABILIDADE PELO MEIO AMBIENTE, 979**  
CARLA PINHEIRO & WILLIS SANTIAGO GUERRA FILHO

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DANOS AO MEIO AMBIENTE  
DECORRENTES DE ATERROS SANITÁRIOS, 1001**

ROBERTO MAIA FILHO

1. Introdução .....	1002
2. Responsabilidade Civil Ambiental ou Ecológica .....	1002
3. A Poluição, o Lixo e os Aterros Sanitários .....	1008
3.1. Poluição .....	1008
3.2. Lixo .....	1011
3.3. Aterros sanitários .....	1023
4. Da Responsabilidade Civil do Estado por Danos ao Meio Ambiente .....	1024
5. Conclusões .....	1031

**PARTE XI**

**DEVERES DO ESTADO-LEGISLADOR, 1033**

**RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO ESTADO E A QUEBRA DA  
IMUNIDADE PARLAMENTAR, 1035**

MAURÍCIO ZOCKUN

I. Colação do problema .....	1036
II. Antecedentes históricos .....	1038
III. Os limites da imunidade parlamentar .....	1039
IV. A “venda” de voto e o nascimento da responsabilidade pessoal do parlamentar por dano causado pelo Estado .....	1043
IV.I Responsabilidade parlamentar por danos causados em razão de omissão legislativa ilícita .....	1044
IV.II Responsabilidade parlamentar por danos causados em razão de comissão legislativa ilícita .....	1047

**OMISSÃO LEGISLATIVA INCONSTITUCIONAL E O DEVER DE INDENIZAR DO  
ESTADO. ATUAIS POTENCIALIDADES, 1049**

**LUIZ GUILHERME ARCARO CONCI**

1. Constituições dirigentes e deveres do Estado .....	1051
2. O Controle das omissões legislativas no Brasil: efeitos da decisão de inconstitucionalidade .....	1053
3. O direito à indenização por decorrência de omissão legislativa: pinçando o direito comparado constitucional latinoamericano .....	1055
4. Conclusão .....	1057

**CONVENCIONALIDADE DAS LEIS DE ANISTIA: IMPACTO DAS DECISÕES DA  
CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NOS ORDENAMENTOS  
NACIONAIS E RESPONSABILIDADE DOS ESTADOS-PARTES, 1059**

**LUIZ GUILHERME ARCARO CONCI & THIAGO LOPES FERRAZ DONNINI**

1. Notas sobre o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos .....	1061
2. O Exame da Convencionalidade das Leis no Sistema Americano de Proteção dos Direitos Humanos: Relações Necessárias entre a Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Poder Judiciário nos Estados-Parte .....	1064
3. A “Declaração de Inconvencionalidade” das Leis de Anistia pela Corte e os seus Impactos nos Ordenamentos Nacionais .....	1069
3.1. Caso Barrios Altos Vs. Peru .....	1069
3.2. Caso Almonacid Arellano y otros Vs. Chile .....	1073
3.3. Caso La Cantuta Vs. Peru .....	1076
4. Conclusões .....	1077
Bibliografia .....	1078

**PARTE XII**

**NOTÁRIOS E REGISTRADORES, 1081**

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ATO PRATICADO PELO REGISTRADOR  
DE IMÓVEIS, 1083**

**MARIO ANTONIO SILVEIRA**

**RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DOS NOTÁRIOS  
E REGISTRADORES, 1099**

VENICIO ANTONIO DE PAULA SALLES

I. Desembargador DÉCIO ERPEN .....	1107
II. Desembargador Rui Stoco .....	1109
III. Desembargador Renato Nalini .....	1110
IV. Considerações gerais .....	1110

**LIVRO III**

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO EM JUÍZO, 1117**

**PARTE XIII**

**AGENTES PÚBLICOS EM JUÍZO, 1119**

**O DIREITO DE REGRESSO DO ESTADO DECORRENTE DO RECONHECIMENTO DE  
RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL NO EXERCÍCIO DA  
FUNÇÃO ADMINISTRATIVA, 1121**

JOSÉ ROBERTO PIMENTA OLIVEIRA

1. Introdução .....	1122
2. A Configuração Normativa do Direito de Regresso .....	1123
3. Da Regulamentação Legal do Direito de Regresso .....	1127
4. Elementos e Pressupostos do Ato Administrativo que Determina o Exercício do Direito de Regresso .....	1136
5. Previsão Constitucional do Direito de Regresso e Inexistente Direito do Agente Responsável de Responder perante apenas o Ente Administrativo Lesado .....	1141
6. Imprescritibilidade da Ação Regressiva .....	1144
7. Inexistência de Direito de Regresso no Caso de Responsabilidade Extracontratual do Estado, Decorrente de Ato Lícito .....	1147
8. Sanções Aplicáveis no Caso de Descumprimento do Dever-Poder de Instauração do Processo Administrativo e Consequente Propositura da Ação Regressiva .....	1149
9. Da Legitimidade do Ministério Público para Propositura da Ação de Regresso .....	1151
10. Conclusões .....	1152
Bibliografia .....	1154

**A DENUNCIÇÃO DA LIDE NAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE CIVIL  
DO ESTADO, 1157**

**GILSON DELGADO MIRANDA**

1. Noções introdutórias .....	1158
2. Obrigatoriedade da denúncia.....	1160
3. Hipóteses de cabimento .....	1162
4. Procedimento .....	1167
5. Litisdenúncia sucessiva .....	1169
6. Comportamento processual do denunciado .....	1169
7. Julgamento e sucumbência .....	1172
8. As ações de regresso do Estado contra os agentes causadores do dano .....	1175
9. Bibliografia .....	1181

**RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTE PÚBLICO, AUTOR DE PARECER JURÍDICO, PELO  
TCU. ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DO STF, 1183**

**VERA MONTEIRO**

I. Colocação do Tema .....	1184
II. O Precedente no STF – MS nº 24.073/DF, de 2002 .....	1185
III. O MS nº 24.584-1/DF, de 2007 .....	1188
IV. Conclusões .....	1190

**PARTE XIV**

**ÔNUS DA PROVA, TUTELAS DE URGÊNCIA E LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, 1195**

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, 1197**

**FREDERICO DA COSTA CARVALHO NETO**

O princípio inquisitivo .....	1200
O ônus da prova .....	1203
O Ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor .....	1206
As semelhanças entre as relações de consumo e as com o Estado .....	1207
A inversão do ônus da prova nas ações de responsabilidade civil do Estado .....	1208
Bibliografia .....	1211

**TUTELA DE URGÊNCIA NAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE CIVIL  
DO ESTADO, 1213  
FERNÃO BORBA FRANCO**

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, 1231  
FRANCISCO CARLOS INOUE SHINTATE**

1. Circunscrição do problema .....	1232
2. Responsabilidade civil extracontratual do Estado .....	1232
3. Litigância de má-fé .....	1236
3.1. Norma jurídica .....	1236
3.2. Normas jurídicas primárias e secundárias .....	1239
3.3. Boa-fé e lealdade processual .....	1239
3.4. Exercício de direito e abuso de direito .....	1241
3.4.1. Abuso de direito. Planos fático e normativo. ....	1241
3.4.2. Fato jurídico do abuso do direito .....	1243
3.5. Má-fé processual .....	1244
4. Responsabilidade civil do Estado por litigância de má-fé .....	1251

**PARTE XV**

**VIOLAÇÕES DE ORDENS JUDICIAIS, 1255**

**A RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL.  
ASPECTOS INTRODUTÓRIOS, 1257**

**ROGÉRIO GESTA LEAL**

I. Notas Introdutórias .....	1258
II. Configurações normativas do Estado Administrador Brasileiro .....	1258
III. Enquadramento dogmático da responsabilidade por omissão do Estado Administrador .....	1260
IV. A responsabilidade do Estado por descumprimento de ordem judicial .....	1276
V. Bibliografia .....	1282

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELO ATRASO NO PAGAMENTO  
DOS PRECATÓRIOS, 1285**

**VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA & MÔNICA BONETTI COUTO**

Considerações introdutórias .....	1286
-----------------------------------	------

1. A responsabilidade civil do Estado .....	1286
2. O princípio da dignidade da pessoa humana e a (injustificada) mora no pagamento dos precatórios .....	1288
3. A efetividade do processo como direito fundamental .....	1293
4. O caso particular do Estado de São Paulo .....	1295
Síntese conclusiva .....	1298
Referências .....	1299

## PARTE XVI

### DEVERES DO ESTADO-JUIZ, 1301

#### RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR ABUSOS E EXCESSOS NA PERSECUÇÃO PENAL, 1303

RUY ALBERTO LEME CAVALHEIRO

Introdução .....	1304
Parte I .....	1305
Parte II .....	1307
Parte III .....	1309
Parte IV .....	1310
Parte V .....	1312
Conclusão .....	1313
Referências Bibliográficas .....	1314

#### RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DURAÇÃO NÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO, 1315

OLAVO DE OLIVEIRA NETO & PATRÍCIA ELIAS COZZOLINO DE OLIVEIRA

Introdução .....	1316
1. Noções Preliminares .....	1317
1.1. Constitucionalização do direito processual civil .....	1317
1.2. Modelo constitucional do processo .....	1319
1.3. Princípios processuais constitucionais .....	1320
2. O Princípio da Celeridade Processual .....	1321
2.1. Efetividade e celeridade do processo .....	1321
2.2. A Emenda Constitucional 45/04 .....	1323
2.2.1. Meios que garantem a celeridade de tramitação .....	1324



2.2.2. Razoável duração do processo .....	1325
3. Responsabilidade por Duração Não Razoável do Processo .....	1328
3.1. Breve consideração sobre a responsabilidade do Estado .....	1328
3.2. Responsabilidade por demora do processo no Brasil .....	1330
4. Conclusões .....	1334
Bibliografia .....	1335

## REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO JUDICIÁRIO E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1337

MARCUS VINICIUS KIYOSHI ONODERA

1. Introdução .....	1338
2. Evolução e contornos da Responsabilidade do Estado .....	1338
2.1. Evolução histórica no Brasil .....	1340
2.2. Evolução nos Estados Unidos .....	1341
3. O controle de constitucionalidade no Brasil e nos Estados Unidos ..	1343
4. O papel atual do Judiciário na interpretação da Constituição .....	1345
5. A responsabilidade civil do Estado e seus contornos constitucionais .....	1349
5.1. Do dano e da reversibilidade – eficácia do provimento jurisdicional .....	1355
6. Ações constitucionais como instrumentos de controle .....	1356
7. Parâmetros de controle .....	1358
8. Conclusões .....	1361
Bibliografia .....	1363

## RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 1367

RICARDO CUNHA CHIMENTI

1. Breves apontamentos sobre a responsabilidade civil .....	1368
2. A responsabilidade civil extracontratual do Estado no Brasil .....	1369
3. Da responsabilidade do Estado conforme a natureza do agente público e suas atribuições .....	1373
3.1. A responsabilidade civil do Estado e o erro judiciário .....	1377
4. A responsabilidade civil do Estado pelos atos do CNJ e a responsabilidade pessoal dos seus Conselheiros .....	1378
Referências Bibliográficas .....	1381